



LATUS

**CONSULTORIA, PESQUISA E
ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.**

PLANO DE TRABALHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIZINHO

Contrato Nº 044/2014

Sumário

1	INTRODUÇÃO	3
1.1	<i>Objetivos da Política e do Plano de Saneamento Básico(PMSB):</i>	3
1.2	<i>Objeto do Plano de Saneamento Básico(PMSB):</i>	3
1.3	<i>Fundamentação do Plano de Saneamento Básico(PMSB):</i>	4
1.4	<i>Princípios do Plano de Saneamento Básico(PMSB):.....</i>	4
2	CAPÍTULO PRIMEIRO	5
2.1	<i>O Município de Jacuizinho</i>	5
3	CAPÍTULO SEGUNDO	6
3.1	<i>Aspectos Gerais.....</i>	6
3.1.1	<i>Área de Abrangência do Diagnóstico</i>	6
3.1.2	<i>Princípios e Procedimentos Metodológicos para a Elaboração do PMSB</i>	8
3.1.3	<i>Estrutura para a Elaboração do PMSB.....</i>	9
3.1.4	<i>Setorização para a Elaboração do PMSB</i>	11
4	CAPÍTULO TERCEIRO	12
4.1	<i>Elaboração dos Diagnósticos.....</i>	12
4.1.1	<i>Processo para a Elaboração do PMSB</i>	12
4.1.2	<i>Diagnóstico dos Serviços de Abastecimento de Água</i>	12
4.1.3	<i>Diagnóstico dos Serviços de Abastecimento Sanitário</i>	13
4.1.4	<i>Diagnóstico dos Serviços de Manejo de águas Pluviais e drenagem Urbana</i>	14
4.1.5	<i>Diagnóstico dos Serviços de Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de resíduos da construção civil e de resíduos dos serviços de saúde</i>	15
5	CAPÍTULO QUARTO.....	16
5.1	<i>Etapas Para a Elaboração do PMSB</i>	16
5.2	<i>FLUXOGRAMA PMSB.....</i>	17
6	CAPÍTULO QUINTO	18
6.1	<i>Plano Mobilização Social.....</i>	18
6.2	<i>Introdução</i>	19
6.3	<i>Justificativa</i>	19
6.4	<i>Objetivos Gerais.....</i>	20
6.5	<i>Objetivos Específicos</i>	20
6.6	<i>Metodologia</i>	20
6.6.1	<i>Atores Sociais / Público Alvo</i>	21
6.7	<i>Planejamento de Ações e Meios de Comunicação Social</i>	21
6.8	<i>Considerações Finais</i>	22
7	CAPÍTULO SEXTO	22
7.1	<i>Cronogramas</i>	22
7.1.1	<i>Cronograma de Execução do Plano de Mobilização Social</i>	22
7.1.2	<i>Cronograma Geral de Execução do Plano de Trabalho</i>	23

1 INTRODUÇÃO

1.1 *Objetivos da Política e do Plano de Saneamento Básico(PMSB):*

São objetivos da **Política Pública e do Plano de Saneamento Básico**: promover a saúde, a qualidade de vida e do meio ambiente; e organizar a gestão e estabelecer as condições para a prestação dos quatro serviços de saneamento básico para que cheguem a todo cidadão, integralmente, sem interrupção e com qualidade, quais sejam: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

A **Política Pública de Saneamento Básico** deverá dispor sobre a forma como serão exercidas as funções de gestão (planejamento, regulação, organização, prestação e fiscalização) e ainda da garantia do atendimento essencial à saúde pública, dos direitos e deveres dos usuários, do controle social e do sistema de informação.

A **Política** compreende as definições sobre: a elaboração dos planos de saneamento básico; o modelo institucional para a prestação dos serviços; o ente responsável pela regulação e fiscalização; os parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública; os direitos e os deveres dos usuários; o controle social; o sistema de informações; e a previsão da intervenção para retomada dos serviços. Inclui também a definição das condições para os contratos de concessão, quando for o caso.

O **Plano** abrange um diagnóstico das condições da prestação dos serviços, com indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos, dentre outros; o estabelecimento de objetivos e metas para a universalização; a definição de programas projetos e ações; as ações para emergências e contingências; e a definição dos mecanismos de avaliação, dentre outras diretrizes.

1.2 *Objeto do Plano de Saneamento Básico(PMSB):*

O processo de planejamento conduzido pela Administração Pública Municipal, no exercício da titularidade sobre os serviços de saneamento básico, tem como desafio formular a política Pública e elaborar o respectivo Plano de Saneamento Básico.

Observadas as especificidades, respectivas diretrizes e requisitos poderão receber apoio técnico e financeiro do Governo Federal para os projetos para o desenvolvimento das seguintes ações:

I. formulação da Política com as diretrizes, definição do sistema e do modelo jurídico-institucional, edição das leis e regulamentos e elaboração do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB);

II. elaboração de Plano Regional de Saneamento Básico no âmbito da gestão associada mediante consórcio público ou prestação regionalizada, observadas a Lei 11.107/05 – Lei de Consórcios Públicos e a LNSB; e execução de Estudos Técnicos a fim de subsidiar processo de elaboração de Plano de Saneamento Básico (§1º, art. 19).

As ações referidas nos itens I e II devem abranger os quatro componentes do Saneamento Básico: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais. Conforme os pressupostos da Prestação regionalizada dos Serviços de Saneamento Básico (Capítulo III) a Política e o Plano poderão ser formulados para o conjunto de municípios atendidos (art. 17).

1.3 Fundamentação do Plano de Saneamento Básico(PMSB):

O Projeto ou Proposta de formulação de Política e de elaboração de PMSB, desde os objetivos e diretrizes até os instrumentos metodológicos do processo de participação social e de elaboração, deve pautar-se pelos pressupostos deste Documento, pelos princípios, diretrizes e instrumentos definidos na legislação aplicável e nos Programas e Políticas Públicas com interface com o Saneamento Básico, em particular:

- Lei 10.257/2001 – Estatuto das Cidades.
- Lei 11.445/07 – Lei Nacional de Saneamento Básico.
- Lei 11.107/05 – Lei de Consórcios Públicos.
- Lei 8.080/1990 – Lei Orgânica da Saúde.
- Lei 8.987/1995 – Lei de Concessão e Permissão de serviços públicos.
- Lei 11.124/05 – Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.
- Lei 9.433/97 – Política Nacional de Recursos Hídricos.
- Portaria 518/04 do Min. da Saúde e Decreto 5.440/05 – Que, respectivamente, definem os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle de qualidade da água para consumo humano, e os mecanismos e instrumentos para informação ao consumidor sobre a qualidade da água.
- Resolução Recomendada 75 de 02/07/09 do Conselho das Cidades, que trata da Política e do conteúdo Mínimo dos Planos de Saneamento Básico.
- Resoluções CONAMA: 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e 283/2001 - Dispõe sobre tratamento e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.
- Além desses dispositivos, devem ser considerados, quando já formulados, os seguintes normativos de âmbito local e regional:
 - A Lei Orgânica Municipal.
 - O Plano Diretor do Município e o Plano Local de Habitação de Interesse Social.
 - As Resoluções das Conferências Municipais da Cidade, de Saúde, de Habitação e de Meio Ambiente.
 - O Protocolo de Intenções que define o Consórcio de Saneamento na hipótese do Plano Regional de Saneamento Básico.
 - Os Planos das Bacias Hidrográficas onde o Município está inserido.

1.4 Princípios do Plano de Saneamento Básico(PMSB):

A Política Pública de Saneamento Básico deve estabelecer os *princípios* que, no âmbito do Plano de Saneamento Básico, orientarão a formulação dos objetivos, as metas, os programas e as ações, e os que serão observados no estabelecimento das diretrizes e condições para a gestão dos serviços. Com a observância das peculiaridades locais e regionais, devem ser considerados como referência para essa definição os princípios da Constituição Federal, da LNSB, do Estatuto das Cidades, e de outras políticas com interfaces em relação ao setor:

- Princípios constitucionais;
- Princípios da política urbana (Lei 10.257/2001);
- Princípios da lei nacional de saneamento básico (Lei 11.445/07);
- Princípios de políticas correlatas ao saneamento.

2 CAPÍTULO PRIMEIRO

2.1 O Município de Jacuizinho

O início da ocupação do território onde hoje localiza-se o município de Jacuizinho remonta ao ano de 1877 e se deu através da colonização, especialmente por descendentes de alemães que foram se estabelecendo, criando gado e plantando arroz. Inicialmente, Jacuizinho era um distrito de Passo Fundo; posteriormente, foi parte de Soledade, Espumoso e de Salto do Jacuí. Apenas em 1996 é que tornou-se um município emancipado¹ e foi oficialmente instalado em 2001.

O Município de Jacuizinho localiza-se na Microrregião de Cruz Alta que é formada por 14 municípios. Está situado no Centro Norte do Estado do Rio Grande do Sul e dista cerca de 300 Km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Tem como municípios limítrofes Campos Borges, Espumoso, Salto do Jacuí, e junto à barragem do Passo Real limita-se com o município de Fortaleza dos Valos.

Segundo o Censo de 2010, Jacuizinho apresenta a população de 2.507 habitantes, sendo que a maior parte reside na zona rural – 1.945 pessoas. Esta proporção de população rural estabelece uma taxa de urbanização de 22,4%. Dentre os 496 municípios do Rio Grande do Sul, Jacuizinho apresenta a 42ª menor taxa de urbanização.

Do ponto de vista da relação de Jacuizinho com os demais municípios da Microrregião de Cruz Alta, os dados populacionais revelam que, em 2010, dentre os 14 municípios da Microrregião, Jacuizinho tem a 4ª menor população e a menor taxa de urbanização. Cruz Alta é o município mais populoso, seguido por Ibirubá e Espumoso.

	Total	Urbana	Rural	Tx.Urb
Alto Alegre	1.848	743	1.105	40,2%
Boa Vista do Cadeado	2.441	472	1.969	19,3%
Boa Vista do Incra	2.425	724	1.701	29,9%
Campos Borges	3.494	2.006	1.488	57,4%
Cruz Alta	62.821	60.594	2.227	96,5%
Espumoso	15.240	11.131	4.109	73,0%
Fortaleza dos Valos	4.575	2.993	1.582	65,4%
Ibirubá	19.310	15.342	3.968	79,5%
Jacuizinho	2.507	562	1.945	22,4%
Jóia	8.331	2.089	6.242	25,1%
Quinze de Novembro	3.653	1.961	1.692	53,7%
Saldanha Marinho	2.869	1.927	942	67,2%
Salto do Jacuí	11.880	10.208	1.672	85,9%
Santa Bárbara do Sul	8.829	6.985	1.844	79,1%

Tabela 01 – População dos Municípios da Microrregião de Cruz Alta (2010)

Dados: IBGE, Censo 2010

¹ A Criação do Município de Jacuizinho deu-se em 16 de abril de 1996, pela Lei Estadual nº 10.757, instalado em 01 de janeiro de 2001.

Observando-se os dados relativos ao número de domicílios, verifica-se que em Jacuizinho, segundo o Censo de 2010, há 928 domicílios, sendo que 211 localizam-se na zona urbana e 717 na zona rural. De acordo com a classificação do IBGE, neste universo de domicílios há 69 vagos, sendo 46 rurais e 23 urbanos.

	TOTAL	URBANO	RURAL
Domicílios particulares	928	211	717
Domicílios particulares não ocupados - vagos	69	23	46

Tabela 02 – Domicílios Particulares (2010)

Dados: IBGE, Censo 2010

Quanto à economia, a Microrregião caracteriza-se pela importância do setor primário, destacando-se a produção de soja, trigo e milho em pequenas e médias propriedades, e na criação de pequenos animais como suínos e aves.

Tomando-se o Valor Agregado Bruto (VAB) de Jacuizinho do ano de 2011, verifica-se que 55,2% provêm do setor primário, conforme se verifica no gráfico a seguir.

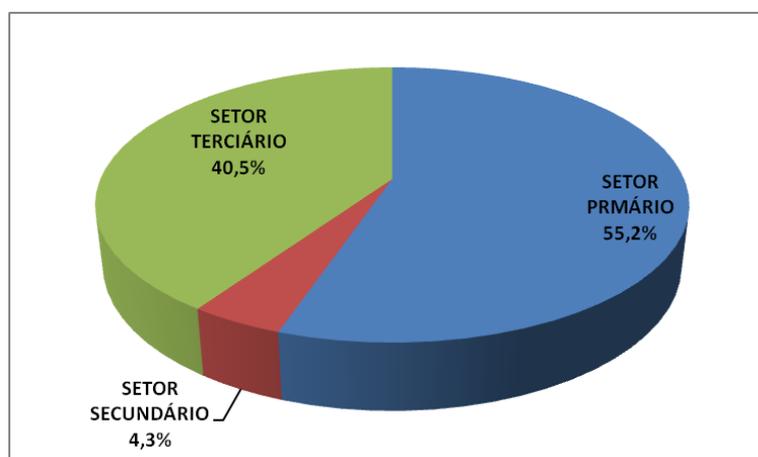


Figura 1 – Valor Agregado Bruto de Jacuizinho (2011)

Dados: FEE RS

O município de Jacuizinho, portanto, tem sua economia baseada na agropecuária. O município preserva uma reserva ecológica nativa rica em fauna e flora. Como atrativo turístico oferece o balneário localizado às margens do rio Jacuí, a 6 km da sede, com infraestrutura para camping e onde também estão localizados um autódromo e pista de rodeios. O turismo ainda é incipiente diante das potencialidades da região, mas o município participa do consórcio Rota das Terras com o objetivo de potencializar o turismo local.

3 CAPÍTULO SEGUNDO

3.1 Aspectos Gerais

3.1.1 Área de Abrangência do Diagnóstico

O Diagnóstico deverá abranger todo o territorial urbano e rural do Município. Eventualmente, conforme as especificidades deverá incluir o levantamento de informações e análises com abrangência superior ao território do município, como a bacia hidrográfica, a região metropolitana ou o consórcio regional, se houver.

Neste sentido, dividiu-se o município em 3 setores: MACROZONA RURAL 1, MACROZONA RURAL 2 e MACROZONA URBANA (Figura 1). Esta divisão se faz necessária, em virtude do município possuir extensa área rural e a maioria de sua população residir nelas. Com a divisão é possível que se faça um levantamento mais completo e preciso das informações referentes aos 4 eixos de trabalhos (esgotamento Sanitário, Rede de Abastecimento de Água, Resíduos e Drenagem Superficial) importantes ao diagnóstico dessas áreas.

As características de cada setor são descritas a seguir:

- **MACROZONA RURAL 1:** é composta por 6 distritos: Flecha Azul, Oralina, Bela Vista, Campo Cumprido, Rincão São Luiz e Serra dos Engenhos. Neste setor há a predominância de pequenas propriedades, com plantação de fumo e criação de animais (porcos, galinha, gado).
- **MACROZONA RURAL 2:** é composta por 3 distritos: Rincão dos Caixões, Rincão dos Costas e Novo horizonte. Destaca-se aqui que, no distrito de Novo Horizonte, há uma comunidade Quilombola, que abriga aproximadamente 10 famílias e tem a sua renda vinculada ao cultivo de uma horta comunitária.
 *** Na macrozona rural 2 há a predominância de grande propriedades, onde há extensas plantações de soja. Além disso, há a criação de animais, como galinhas e porcos.
- **MACROZONA URBANA:** é composta por um total de 587 moradores, aproximadamente 178 domicílios (Latus, 2011) e possui uma única estrutura viária principal. Destaca-se que o município de Jacuizinho ainda não apresenta divisão oficial de bairros e que o IBGE trabalha a área urbana como um único setor.

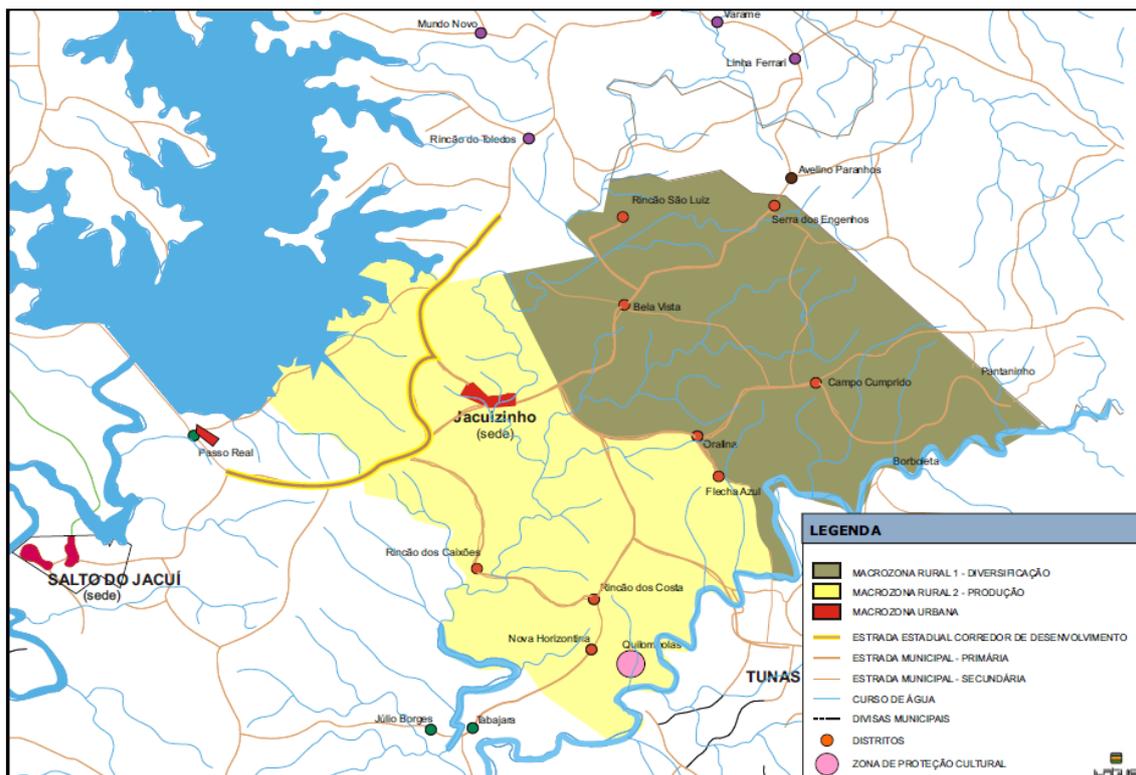


Figura 2: Macrozoaneamento do Município de Jacuizinho, RS

Na área rural do município, os setores do IBGE não coincidem com a divisão territorial das localidades. Dessa forma, não é possível identificar a população e domicílios através destes dados. Porém, de acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Jacuizinho (Latus, 2011), tem-se as seguintes informações obtidas a partir do Censo de 2010 e organizadas da seguinte forma: número de domicílios permanentes (DP) por setor censitário, domicílios não ocupados (NO) e pessoas residentes (PR) em alguns dos distritos que compõem a macrozona rural 1 e 2, conforme é apresentada na Figura 2:

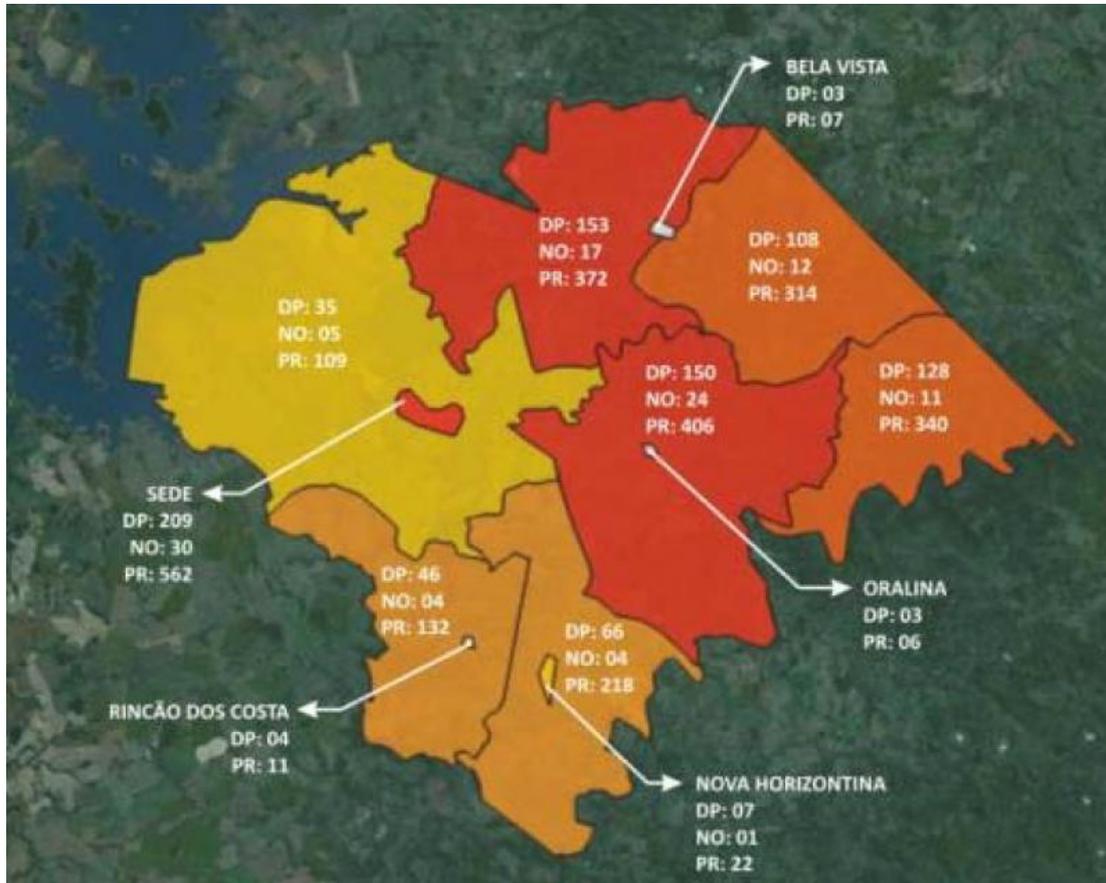


Figura 3: Residentes por setorização do Município de Jacuizinho, RS

3.1.2 Princípios e Procedimentos Metodológicos para a Elaboração do PMSB

Do ponto de vista metodológico, o PMSB deve ser elaborado com o objetivo de constituir-se como um documento referencial e estratégico para um processo permanente de planejamento do setor de saneamento municipal. Para isso, sua elaboração deve contar com:

- 1) Participação ampla, organizada e programática da população, respeitando a diversidade dos interesses locais e os distintos segmentos sociais;
- 2) Envolvimento ativo dos gestores municipais na coordenação do processo de elaboração do plano, na execução das suas etapas metodológicas e na sua implementação e monitoramento permanente;
- 3) Utilização de instrumentos de planejamento estratégico com vistas a integrar as distintas visões;
- 4) Projeção de cenários futuros temporais a partir do diagnóstico atual e da simulação da viabilização das metas de curto, médio e longo prazo;
- 5) Comunicação permanente e ampla do processo de elaboração do plano.

Opta-se, portanto, por adotar uma metodologia para a elaboração do PMSB que conte com o envolvimento ativo dos agentes locais.

3.1.3 Estrutura para a Elaboração do PMSB

Para atender as orientações do Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, aos princípios metodológicos propostos e aos objetivos do PMSB, propõe-se uma estrutura de trabalho que envolva: gestores municipais, a equipe de consultoria contratada e agentes que representem a sociedade organizada, bem como moradores da cidade. Tal estrutura é composta de um nível interno – composto de gestores municipais e assessoria contratada – e de um externo – composto de representantes da sociedade civil.

Como solução para a organização administrativa que conduzirá o processo de elaboração do Plano, recomenda-se a constituição de um Comitê ou Comissão de Coordenação e outro Executivo para a operacionalização do processo.

- **Comitê de Coordenação** – Instância deliberativa, formalmente institucionalizada, responsável pela coordenação, condução e acompanhamento da elaboração do Plano, constituída por representantes, com função dirigente, das instituições públicas e civis relacionadas ao saneamento básico, inclusive dos prestadores de serviços delegados. Recomendamos que inclua-se representantes dos Conselhos Municipais da Cidade, de Saneamento, de Saúde, de Meio Ambiente, caso existam, da Câmara de Vereadores e do Ministério Público e de organizações da Sociedade Civil (entidades profissionais, sindicais, empresariais, movimentos sociais e ONGs, etc.).
- **Comitê Executivo** – Instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano. Deve ter composição multidisciplinar e incluir técnicos dos órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico e de áreas afins ao tema, sendo desejável a participação ou o acompanhamento de representantes dos Conselhos, dos prestadores de serviços e organizações da Sociedade Civil.

O Comitê de Coordenação deve ser constituído independente da forma como serão conduzidas e realizadas as funções executivas de elaboração do PMSB. Nos municípios onde houver órgãos colegiados constituídos com atribuições de regulação de todos os serviços de saneamento básico, o Comitê de Coordenação pode contar com os seus membros, observadas as representações acima previstas.

Caso a administração municipal não disponha de técnicos qualificados em todas as áreas disciplinares e/ou em número suficiente para compor o Comitê, o mesmo poderá contar com a participação de profissionais contratados ou cedidos, especificamente para este fim, por instituições conveniadas, inclusive universidades, entidade reguladora delegada e outros entes da Federação. Se o município tiver criado entidade ou órgão administrativo próprio para o exercício das funções executivas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, o Comitê Executivo poderá ser essa entidade ou esse órgão, complementado, se o caso, por técnicos das áreas afins.

No assessoramento ao Comitê Executivo, conforme as necessidades locais, poderão ser constituídos Grupos de Trabalho multidisciplinares, compostos por profissionais com experiência nos temas do saneamento básico, em áreas correlatas e nas atividades do processo de elaboração do Plano. É recomendável a participação da sociedade civil nesses Grupos de Trabalho e, ao mesmo tempo, a busca de cooperação de outros processos locais de mobilização e ação para assuntos de interesses convergentes com o saneamento básico, tais como: Agenda 21 local, Coletivos Educadores Ambientais, Conselhos Comunitários e Câmaras Técnicas de Comitês de Bacia Hidrográfica.

a. COMISSÃO COORDENADORA:

O Nível Interno, composto por gestores municipais e pela equipe de assessoria contratada, tem as seguintes competências:

- coordenar a elaboração do trabalho;
- organizar, divulgar e convocar a comunidade para as reuniões;
- fazer a articulação política, institucional e comunitária necessária;
- contribuir para o debate;
- fornecer as informações necessárias;
- construir uma visão transdisciplinar do processo.

Neste nível, a equipe de consultoria deverá atender às especificações do contrato, bem como as do Ministério das Cidades, e tem o papel de orientar e aportar aspectos conceituais e metodológicos, responsabilizar-se pela redação final dos produtos e capacitar os gestores municipais e agentes da sociedade.

Quanto a equipe de gestores municipais, foram assinadas em 1º e 14 de Julho de 2014 e posteriormente publicadas, pelo Exmo Sr. Prefeito Municipal de Jacuizinho, Volmir Pedro Capitanio, as Portaria Nº 340/2014, nas quais nominou os membros e suplentes que comporão o Comitê Executivo de Elaboração do Plano de Saneamento Básico do Município e a Portaria Nº327/2014, que nomeou os membros do Comitê de Coordenação para Elaboração do PMSB, Tais Comitês Municipais integrarão a COMISSÃO COORDENADORA, e sua a composição esta descrita no quadro a seguir:

a) **COMISSÃO COORDENADORA:**

Representante	Departamento
MAGLIANI DULLIUS - Eng ^a Civil	Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos
THIELE SOARES DE BRITO - Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
ANA PAULA GAVA - Técnica Ambiental	Secretaria Meio Ambiente
MARIONARA NOGUEIRA FIUZA - Agente Administrativa	Secretaria de Administração
ANDERSON CASSIANO VENDRUSCOLO	Poder Executivo Municipal
TATIANA DA SILVA TATSCH	Sindicato Servidores Públicos Municipais
GLÊNIO FRANCIOSI TATSCH	Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos
NILSON DE OLIVEIRA	Secretaria de Saúde
PATRÍCIA DEMÉTRIO	Câmara Municipal de Vereadores
CLAUDIOMIR TOLEDO DE MELLO	Conselho de Habitação
SOLANGE RODRIGUES	Conselho Municipal de Saúde
ORLANDO CAPONI	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SALETE REJANE DA ROSA	Emater-Ascar/RS
CARINA DA SILVA	Associação das Trabalhadoras Rurais de Jacuizinho
ROBERTO TATSCH LOPES	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Quadro 01 – Comissão Coordenadora da Prefeitura Municipal de Jacuizinho

Fazem parte da Portaria Nº327/2014 os seguintes suplentes: Patrícia da Costa Melo, Dolézio Michelin, Magda Coelho dos Santos, Francieli de Campos Toledo, Edson Roberto Kellermann Valdir Francisco.

b. COMISSÃO EXECUTORA:

Representante	Função
TAYRONE BUENO PEDROSO_Engº Civil	Coordenador(CREA RS_93704)
CLÁUDIA DAMÁSIO_Arquiteta e Urbanista	Coordenadora(CAU_A 20391-2)
ANELISE HÜFFNER_Engenheira Ambiental	Membro(CREA RS_171994)
BRUNA ENGEL_Engenheira Ambiental	Membro(CREA RS_180363)
SAMANTHA ENRIQUEZ_Bióloga	Membro(CRBIO/03_081433)
ISADORA FAGUNDES_Assistente Social	Membro(CRESS 10ª_8343)

Quadro 02 – Equipe Latus Consultoria

3.1.4 Setorização para a Elaboração do PMSB

Com a divisão do município em 3 setores distintos, designados de MACROZONA RURAL 1, MACROZONA RURAL 2 e MACROZONA URBANA (Figura 1). Esta divisão comportará as seguintes áreas:

MACROZONA RURAL 1	Flecha Azul, Oralina, Bela Vista, Campo Cumprido, Rincão São Luiz e Serra dos Engenhos.
MACROZONA RURAL 2	Rincão dos Caixões, Rincão dos Costas e Novo Horizonte(Quilombola).
MACROZONA URBANA	Estrutura Viária Principal(Não existe divisão ainda por bairros, ainda)

Quadro 03 – Comunidades por Distrito de Jacuizinho

As atividades participativas programadas deverão envolver os diversos segmentos da sociedade, incluindo as associações da sociedade civil, tais como:

- 1) Entidades e Instituições Estudantis Estaduais, Municipais e Particulares;
- 2) Associação dos Trabalhadores Rurais;
- 3) Emater;
- 4) Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Jacuizinho;
- 5) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais ;
- 6) Conselhos diversos;
- 7) Brigada Militar RS;
- 8) Corsan;

4 CAPÍTULO TERCEIRO

4.1 *Elaboração dos Diagnósticos*

4.1.1 **Processo para a Elaboração do PMSB**

Com base nas orientações e diretrizes do presente documento, e conforme os requisitos dos diferentes programas e modalidades de apoio técnico, financiamento e transferência de recursos do Ministério das Cidades, o **Plano de Trabalho** além do detalhamento conceitual, estratégico e metodológico do processo de formulação da Política e elaboração do PMSB, incluirá:

- Agenda, produtos, prazos, custos e cronograma físico e financeiro;
- Definição e contextualização do objeto e dos pressupostos e princípios que nortearão a elaboração do PMSB;
- Definição dos objetivos do PMSB;
- Definição do prazo e do cronograma dos trabalhos;
- Estabelecimento de condições mínimas referentes à equipe técnica necessária (quantificação, especialização e experiência);
- Condições mínimas para proposição de Plano de Trabalho, contendo o Organograma Funcional, a Relação de Atividades e a Metodologia; e
- Elaboração do orçamento de referência.

Em virtude disto, o Plano de trabalho, de acordo com as etapas destacadas, procederá na obtenção de dados que possam subsidiar a formulação do diagnóstico das situações encontradas em cada setor, conforme descrito anteriormente.

Além disso, cabe ressaltar que a elaboração dos diagnósticos se dará de acordo com os requisitos exigidos no Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, da FUNASA (2012).

4.1.2 **Diagnóstico dos Serviços de Abastecimento de Água**

De acordo com o TR da Funasa, para o diagnóstico dos serviços de abastecimento de água é necessário fazer o levantamento de algumas informações, como:

- Análise crítica dos planos diretores de abastecimento de água da área de planejamento, quando houver;
- Descrição dos sistemas de abastecimento de água atuais. Essa descrição deverá englobar textos, mapas, projetos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam uma caracterização satisfatória do sistema;
- Panorama da situação atual dos sistemas existentes, incluindo todas as estruturas integrantes: mananciais, captações, estações de tratamento, aduções de água bruta e tratada, estações elevatórias, reservação, redes de distribuição, ligações prediais, medição (micro e macromedição) e controle do sistema. Deverão ser informadas a capacidade instalada, eficiência de tratamento, custo operacional, etc.;
- Deverão ser informadas as principais deficiências referentes ao abastecimento de água, como frequência de intermitência, perdas nos sistemas, etc.;
- Levantamento da rede hidrográfica do município, possibilitando a identificação de mananciais para abastecimento futuro;
- Consumo *per capita* e de consumidores especiais;
- Informações sobre a qualidade da água bruta e do produto final do sistema de abastecimento;
- Análise e avaliação dos consumos por setores: humano, animal, industrial, turismo e irrigação;

- Balanço entre consumos e demandas de abastecimento de água na área de planejamento;
- Estrutura de consumo (número de economias e volume consumido por faixa);
- Estrutura de tarifação e índice de inadimplência;
- Caracterização da infraestrutura das instalações existentes;
- Organograma do prestador de serviço;
- Descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo);
- Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento;
- Apresentar os indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados; e
- Caracterização da prestação dos serviços.

Assim, de acordo com o exposto acima, pretende-se trabalhar as informações obtidas nos seguintes tópicos:

- Descrição do sistema de abastecimento de água (SAA) existente no município de Jacuizinho;
- Descrição da forma de prestação de SAA;
- Dados financeiros e operacionais relativos aos SAA de Jacuizinho, incluindo dados de consumo (número de economias e volume consumido por faixa) e dados tarifários de água;
- Controle e vigilância da qualidade da água distribuída para consumo humano, isto é, informações sobre a qualidade da água bruta e do produto final do sistema de abastecimento;
- Documentação fotográfica dos equipamentos de SAA, que será obtida a partir de vistoria nos setores previamente definidos.

4.1.3 Diagnóstico dos Serviços de Abastecimento Sanitário

O diagnóstico do esgotamento sanitário deverá abranger as áreas urbanas e rurais, de acordo com a setorização definida, identificando núcleos carentes ou excluídos de esgotamento sanitário e caracterizando os aspectos sócio econômicos relacionados ao acesso aos serviços. De acordo com o TR da Funasa, para o diagnóstico dos serviços de abastecimento de água será necessário fazer o levantamento mencionado e ações, como:

- caracterização da cobertura e a identificação das populações não atendidas ou sujeitas a deficiências no atendimento pelo sistema público de esgotamento sanitário, contemplando também o tratamento;
- caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, relativos a: receitas, custos, despesas, tarifas, número de ligações, inadimplência de usuários, eficiência comercial e operacional, uso de energia elétrica e outros (referência: SNIS);
- análise crítica do plano diretor de esgotamento sanitário, caso exista, quanto à implantação, atualidade e pertinências frente as demandas futuras;
- visão geral dos sistemas [infraestruturas, tecnologia e operação] de esgotamento sanitário quanto à capacidade instalada frente à demanda e ao estado das estruturas implantadas, a partir do uso de textos, mapas, esquemas, fluxogramas, fotografias e planilhas, com a apresentação da visão geral dos sistemas. Para os sistemas coletivos a avaliação deve envolver as ligações de esgoto, as redes coletoras, os interceptores, as estações elevatórias, as estações de tratamento, os emissários e a disposição final, se houver.
- avaliação da situação atual e futura da geração de esgoto versus capacidade de atendimento pelos sistemas de esgotamento sanitário disponíveis, sistema público e soluções individuais e/ou coletivas, contemplando o tratamento;
- análise dos processos e resultados do sistema de monitoramento da quantidade e qualidade dos efluentes, quando existente tal sistema;

- dados da avaliação das condições dos corpos receptores, quando existentes; indicação de áreas de risco de contaminação, e de áreas já contaminadas por esgotos no município quando mapeadas e avaliadas; e
- identificação, quantificação e avaliação qualitativa de soluções alternativas de esgotamento sanitário (fossas sépticas, fossa negra, infiltração no solo, lançamento direto em corpos d'água, etc.), individuais ou coletivas, utilizadas pela população e outros usuários nas áreas urbanas e rurais (industrial, comercial, serviços, agropecuária, atividades públicas, etc.).

Assim, de acordo com o exposto acima, pretende-se trabalhar as informações obtidas nos seguintes tópicos:

- Sistema de esgotamento sanitário (SES) existente;
- Diretrizes para escolha do processo de tratamento de esgoto sanitário de Jacuizinho;
- Alternativas para o tratamento de esgotos sanitários;
- Corpos receptores;
- Custos de concepção;

Relação entre o sistema de esgotamento sanitário e a situação de saúde da população de Jacuizinho, contemplando a morbidade de doenças relacionadas com a falta de saneamento básico, mais especificamente, as doenças infecciosas e parasitárias de acordo com a lista de Morbidade Hospitalar do SUS (cólera; febres tifoide e paratifóide; amebíase; diarreia e gastroenterite; leptospirose icterohemorrágica; dengue; febre hemorrágica devida a dengue; hepatite aguda A; febre amarela; tripanossomíase, esquistossomose, ancilostomíase – em crianças entre 7 e 14 anos - e estado nutricional de crianças menores de quatro anos; e existência e análise do Programa Saúde na Família. Documentação fotográfica do SES, será obtida a partir de vistoria nos setores previamente definidos.

4.1.4 Diagnóstico dos Serviços de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana

De acordo com o TR da Funasa, para o diagnóstico dos serviços de abastecimento de água é necessário fazer o levantamento das seguintes informações:

- análise crítica do plano diretor de drenagem urbana e/ou recursos hídricos, caso exista, quanto à implantação, atualidade e demandas futuras;
- análise crítica dos sistemas de manejo e drenagem das águas pluviais e das técnicas e tecnologias adotadas quanto à sua atualidade e pertinência em face dos novos pressupostos quanto ao manejo das águas pluviais;
- identificação de lacunas no atendimento pelo Poder Público, incluindo demandas de ações estruturais e não estruturais para o manejo das águas pluviais, com análise do sistema de drenagem existente quanto à sua cobertura, capacidade de transporte e estado das estruturas;
- identificação das deficiências no sistema natural de drenagem, a partir de estudos hidrológicos;
- estudo das características morfológicas e determinação de índices físicos (hidrografia, pluviometria, topografia e outros) para as bacias e micro-bacias em especial das áreas urbanas;
- caracterização e indicação cartográfica das áreas de risco de enchentes, inundações, escorregamentos, em especial para as áreas urbanas e, quando possível, destacando: hidrografia, pluviometria, topografia, características do solo, uso atual das terras, índices de impermeabilização e cobertura vegetal;
- elaboração de cartas com zoneamento de riscos de enchentes para diferentes períodos de retorno de chuvas;
- análise dos processos erosivos e sedimentológicos e sua influência na degradação das bacias e riscos de enchentes, inundações e escorregamentos.

Assim, de acordo com o exposto acima, pretende-se trabalhar as informações obtidas nos seguintes tópicos:

- Descrição do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais existentes em Jacuizinho;
- Identificação de fragilidades e problemas pontuais, áreas de risco de inundações;
- Análise dos dados pluviométricos;
- Curva IDF;
- Tipo de Pavimento;
- Aspectos relacionados ao escoamento superficial do município;
- Documentação fotográfica do sistema de drenagem urbana, que será obtida a partir de vistoria nos setores previamente definidos.

4.1.5 **Diagnóstico dos Serviços de Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de resíduos da construção civil e de resíduos dos serviços de saúde**

Será necessário fazer o levantamento das seguintes informações:

- análise da situação da gestão do serviço com base em indicadores técnicos, operacionais e financeiros (a partir de indicadores do SNIS);
- análise crítica do plano diretor de resíduos sólidos, caso exista, quanto à sua implantação, atualidade e pertinência, frente às demandas futuras;
- descrição e análise da situação dos sistemas infraestruturas, tecnologia e operação de acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos do município. Incluir desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam um perfeito entendimento dos sistemas em operação;
- identificação de lacunas no atendimento à população pelo sistema público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos para as condições atuais e futuras, quanto à população atendida (urbana e rural), tipo, regularidade, qualidade e frequência dos serviços;
- identificação da cobertura da coleta porta a porta, bem como das áreas de varrição, identificando a população atendida.
- análise dos serviços de varrição e serviços especiais (feiras, mercados, espaços públicos, praias, etc.). Incluir desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam um perfeito entendimento dos sistemas em operação;
- informações da caracterização dos resíduos sólidos produzidos no município em termos de quantidade e qualidade. Incluir projeções de produção de resíduos para curto e médio prazo;
- identificação das formas da coleta seletiva (cooperativas, associações e 'carrinheiros'), quando existirem, quantificando-as e qualificando-as, inclusive quanto aos custos e viabilidade social e financeira;
- inventário/análise da atuação dos catadores, nas ruas ou nos lixões, identificando seu potencial de organização;
- identificação e informação sobre áreas de risco de poluição/contaminação, e de áreas já contaminadas, por resíduos sólidos e as alterações ambientais causadas por depósitos de lixo urbano;
- análise da situação sócio ambiental dos sítios utilizados para a disposição final de resíduos sólidos. No caso da existência de catadores nos sítios, identificar a possibilidade de incorporá-los a projetos de reciclagem via cooperativas;
- avaliação das soluções adotadas para a destinação dos resíduos de serviços de saúde no município e dos resíduos de construção e demolição;

- definir ou avaliar (se existentes) critérios para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, a ser elaborado pelos geradores dos resíduos e identificação da abrangência da coleta e destinação final destes resíduos, conforme a Resolução CONAMA 283/2001; e
- identificação das condições da gestão dos resíduos da construção civil, contemplando:
 - (a) Definição e implementação do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e do Programa Municipal e dos Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil; e
 - (b) Situação do gerenciamento dos resíduos da construção civil e implementação de soluções para a Reutilização; Reciclagem; Beneficiamento; e Aterro de resíduos da construção civil (Resolução CONAMA 307/2002).

Assim, de acordo com o exposto acima, pretende-se trabalhar as informações obtidas nos seguintes tópicos:

- Fontes geradoras de resíduos sólidos no município;
- Composição e caracterização dos resíduos sólidos urbanos de Jacuizinho
- Descrição do sistema atual de coleta dos resíduos sólidos urbanos de Jacuizinho;
- Infraestrutura do sistema de coleta e transporte;
- Situação de Gerenciamento dos Resíduos do Serviço de Saúde;
- Situação de Gerenciamento dos Resíduos da Construção e demolição;
- Disposição final de resíduos;
- Documentação fotográfica do atual manejo dos resíduos sólidos, que será obtida a partir de vistoria nos setores previamente definidos.

5 CAPÍTULO QUARTO

5.1 Etapas Para a Elaboração do PMSB

A metodologia de elaboração do PMSB deve garantir a participação social, atendendo ao princípio fundamental do controle social previsto na LNSB, devendo ser assegurada ampla divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências e/ou consultas públicas (§ 5º, do art. 19, da Lei 11.445/07). O Projeto ou Proposta apresentado deve indicar as fases e as etapas previstas para elaboração dos Planos.

Assim, para a elaboração do PMSB estão previstas três fases contemplando oito etapas de execução, conforme proposto a seguir:

FASE I – Planejamento do Processo

Etapa 1 – Coordenação, Participação Social e comunicação

Etapa 2 – Projeto Básico, Termo de Referência e assessoramento

FASE II – Elaboração do PMSB

Etapa 3 – Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico

Etapa 4 – Prognósticos e alternativas para a universalização, Condicionantes, Diretrizes, Objetivos e Metas

Etapa 5 – Programas, projetos e ações

Etapa 6 – Ações para emergência e contingências

Etapa 7 – Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações do PMSB

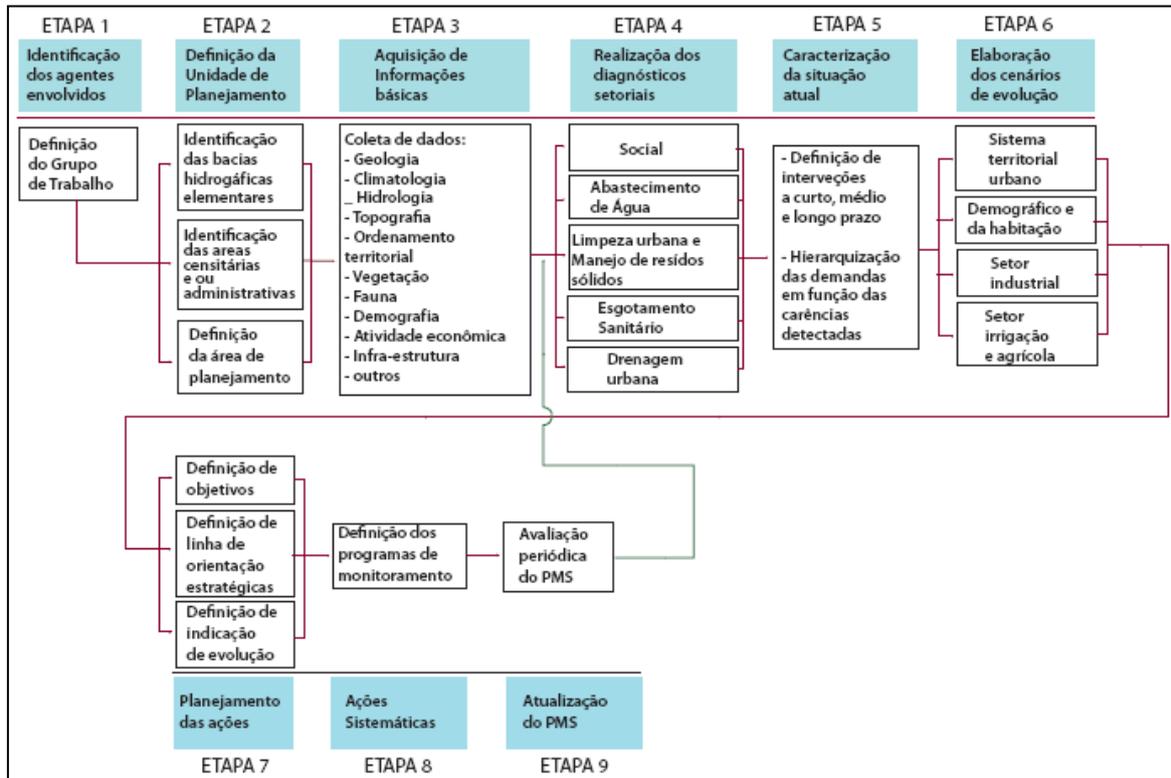
Etapa 8 – Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

FASE III – Aprovação do PMSB

Etapa 9 – Aprovação do PMSB

Atendendo às orientações do Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação.

5.2 FLUXOGRAMA PMSB



Quadro 04– Fluxograma para a elaboração do Plano de Saneamento Básico

6 CAPÍTULO QUINTO

6.1 Plano Mobilização Social

O **Plano de Mobilização Social** definirá a metodologia, os mecanismos e os procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participação no processo de formulação da política, do planejamento (PMSB) e de avaliação dos serviços públicos de saneamento básico (inciso IV, do art. 3º, da lei 11.445/07). Conforme tal definição e as Diretrizes previstas devendo contemplar:

- Definir os mecanismos de **divulgação e comunicação** para a disseminação e o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos preliminares, os serviços prestados e a avaliação dos mesmos, o processo e os eventos previstos e as propostas relativas à Política e ao Plano de Saneamento Básico. Mecanismos esses que devem contemplar soluções tais como: informativos e boletins impressos, cartilhas, resumos executivos de todos documentos e informações, páginas para a internet, vídeos explicativos e programas de rádio dentre outros que se avaliar adequados;
- Definir os canais para recebimento de críticas e sugestões, garantindo-se a avaliação e resposta a todas as propostas apresentadas. Tais canais devem incluir soluções de **consulta pública** pela internet e por formulários ou outros meios disponíveis em espaços e repartições públicas em relação a todos os documentos e durante todo o processo de formulação da Política e de elaboração do PMSB em todas as etapas, inclusive o diagnóstico;
- Definir a constituição de **Grupos de Trabalho** para o desenvolvimento de temas específicos do Plano quando a realidade complexa indicar ou houver a necessidade de atuação articulada de diferentes órgãos e instituições;
- Definir e prever os meios para a realização de **debates, seminários e audiências públicas** abertas à população para discussão e participação da formulação do diagnóstico, da Política e do Plano. Garantir no mínimo que tais eventos alcancem as diferentes regiões administrativas e distritos afastados de todo o território do Município. Tais meios devem contemplar: a infraestrutura, a divulgação, a preparação e divulgação antecipada de material de apoio para o conhecimento das propostas e a participação qualificada das pessoas, o registro e a análise das propostas;
- Definir, conforme a conveniência em relação ao processo de elaboração do PMSB, a realização de **Conferência Municipal de Saneamento Básico** para a discussão das propostas e instrumentos da Política e do PMSB, incluindo uma agenda de eventos e discussões setoriais e temáticos preparatórios. Para a organização da Conferência devem ser estabelecidos: os objetivos, a organização temática e metodológica da discussão, os critérios e forma de participação a agenda dos eventos preparatórios, os documentos de subsídio à realização da conferência dentre outras definições;
- Definir a forma de acompanhamento e participação, no processo de elaboração do PMSB, dos **Conselhos das Cidades, de Saúde, de Meio Ambiente e de Educação** e, caso estejam instalados, dos Comitês de Bacia Hidrográfica onde o município estiver inserido; e
- Definir a necessidade de identificação e registro de informações, fruto do conhecimento popular, que geralmente não estão disponíveis nas fontes convencionais de dados e informação. A efetiva participação social pressupõe o envolvimento dos vários atores sociais e segmentos intervenientes conforme as diferentes formas e condições em que são afetados pelo PMSB. Quatro grandes grupos caracterizam as comunidades participantes na elaboração do Plano:
 - Organizações sociais, econômicas, profissionais, políticas, culturais, etc;
 - População residente no município;
 - Prestadores de serviço; e
 - Poder Público local, regional e estadual.

6.2 Introdução

O documento apresentado corresponde ao produto B do referido contrato, contendo a síntese ordenada das atividades a serem realizadas. Composto pelos objetivos gerais e específicos a serem alcançados através da proposta metodológica e do planejamento das ações.

No âmbito legal baseia-se no chamado Estatuto das Cidades (Lei nº. 10227 de 2001) que aborda a essencialidade da gestão democrática, entendida como fundamental para o desenvolvimento do PMSB assim como de qualquer plano de desenvolvimento urbano. Também é baseado na perspectiva da participação e controle social que Carvalho (1995), define como uma moderna compreensão da relação Estado-Sociedade, onde a esta cabe estabelecer práticas de vigilância e controle sobre aquele.

Sobretudo os planos, programas e políticas em Saneamento cada vez mais necessitam ser desenvolvidos a partir de uma construção descentralizada. Construção essa que considera os diferentes atores sociais do processo, entre eles a sociedade civil, organizada de forma comunitária ou através de instituições e/ou organizações sociais.

A lei 11.445(já citada), de 2007, que versa sobre as Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico também prevê a construção e participação dos Conselhos de Saneamento Locais, onde entre os seus representantes, constam os titulares do serviço e usuários, reafirmando essa necessidade. No sentido que possam atuar contribuindo com os relatos da realidade da região em que residem, para uma melhor produção de ações na área pública.

Considerando este aspecto, as metodologias e estratégias de mobilização social devem estar de acordo com o público atingido para uma maior eficiência no diagnóstico sobre as necessidades relacionadas ao saneamento ambiental.

Afinado com a percepção de Bodernave (1994) que reitera que com a participação da população na fiscalização dos serviços públicos, a tendência é que estes melhorem em qualidade e oportunidade. Reconhecendo então que as estratégias centralizadas de gestão pública não contribuem de forma positiva para as etapas do processo de desenvolvimento urbano.

A estruturação do plano de mobilização social, junto ao Plano Municipal de Saneamento Básico também transita pelo processo de participação social, que está necessariamente ligado às ferramentas de comunicação que tornam públicas as informações a serem apresentadas sobre a realidade local. Assim como, as alternativas de soluções encontradas para as problemáticas identificadas que dizem respeito aos quatro eixos do saneamento. São eles: abastecimento de água, drenagem, esgotamento sanitário e resíduos sólidos.

Nesta direção, as ações a serem executadas no Plano de Mobilização Social são pensadas no sentido de produzir mecanismos mais democráticos de acesso, participação e fiscalização dos Programas, para que efetivamente o conceito de controle social integre a política de saneamento municipal. De forma sintetizada as ações previstas pelo Plano de Mobilização Social objetivam estimular os atores sociais a compreender que o Saneamento Ambiental além de direito, é uma ferramenta que deve ser construída coletivamente e, sobretudo deve ser reconhecida como uma co-responsabilidade atribuída ao poder público e a sociedade.

6.3 Justificativa

Considerando a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), a partir do Termo de referência que norteia a sua execução, o Plano de Mobilização Social constitui-se de ferramentas essenciais no que diz respeito ao caráter participativo e democrático necessário nas diferentes etapas: elaboração, revisão e adequação do PMSB.

Viabiliza a valorização da participação popular, embasado nas diretrizes do Estatuto das Cidades, especificamente, no artigo 2º que considera como diretriz da política urbana, a participação popular e de associações representativas nos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

A estruturação do Plano de Mobilização Social (PMS) fomenta a prática da gestão compartilhada, no sentido de socializar as informações levantadas, disseminando conhecimentos a cerca dos temas relacionados ao saneamento. Tal como preconiza a Lei. 1145/2007, no art. 3º, inciso IV:

“...conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.”

A partir dessa perspectiva, facilita a identificação da realidade local e das condições necessárias para uma gestão sustentável, por parte da comunidade. Ainda reforça o conceito da co-responsabilidade na participação de cada ator social no desenvolvimento local.

Disponibiliza um canal de comunicação para o acolhimento de dúvidas, sugestões e críticas sobre a elaboração do PMSB, evitando possíveis situações de conflito geradas a partir da falta de informação ou divulgação incorreta de informações.

6.4 **Objetivos Gerais**

Desenvolver ações que visem sensibilizar a comunidade para a temática ambiental e controle social na gestão da política de saneamento básico.

6.5 **Objetivos Específicos**

- Envolver os segmentos da sociedade no processo de elaboração do PMSB;
- Divulgar amplamente os canais de participação, o processo e os objetivos do PMSB;
- Promover a discussão sobre a temática do saneamento básico;
- Realizar diagnóstico participativo;
- Estimular a participação comunitária no controle social dos serviços de saneamento básico;

6.6 **Metodologia**

A metodologia a ser utilizada para o Plano de Mobilização Social parte dos conceitos de participação social e comunicação, disponibilizando ao público-alvo um espaço de expressão, troca e discussão das idéias.

Neste âmbito a comunidade local poderá atuar em parceria com a equipe responsável pelo Plano de Mobilização Social, para que o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) possa ser construído de acordo com as necessidades locais identificadas. Sendo coerente com a realidade do município.

As ferramentas utilizadas serão reuniões técnicas, seminários relacionados à temática de saneamento básico, audiência pública, compondo as etapas da aplicação deste plano. A organização das etapas segue descrita no quadro abaixo, seguida do detalhamento.

ETAPAS	PRINCIPAIS ATIVIDADES
Etapa 1. Planejamento de Ações e Meios de Comunicação Social	Identificação do público atingido, reconhecimento das organizações sociais, Reunião técnica.
Etapa 2. Execução do Plano de Mobilização Social	Reunião de Partida, Aplicação diagnóstico, Seminários Temáticos.
Etapa 3. Audiência Pública	Reconhecimento e Validação pública de acordo com a Lei 1145/2007.
Etapa 4. Redação do documento final das Estratégias de Ação.	Aprovação pela Comissão Executora.

Quadro 05– Etapas de trabalho para a elaboração do Plano de Mobilização Social

6.6.1 Atores Sociais / Público Alvo

Representam a sociedade civil de Jacuizinho- RS, as instituições e organizações envolvidas ou vinculadas com a questão ambiental e os agentes públicos integrantes do grupo de trabalho para desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento.

6.7 Planejamento de Ações e Meios de Comunicação Social

O Planejamento das ações consiste na identificação do público atingido, além do reconhecimento das organizações sociais que representem a comunidade local (Associações Comunitárias) que farão parte dos coletivos atendidos pelo PMS. Também contempla a identificação das organizações de controle social (Conselhos Municipais).

Os meios de comunicação para mobilização da população local de forma mais ativa compreendem:

- Contatos Institucionais;

Mapeamento dos equipamentos sociais existentes conforme zoneamento do município; agendamento de reunião e identificação de uma representação em cada instituição/organização. Os contatos também serão realizados em parceria com a gestão municipal.

- Uso de informativos através de folder e cartazes;

Os Instrumentos didáticos – informativos trazem os apontamentos e conceitos técnicos sobre saneamento á população, em linguagem acessível, tratando sobre a importância da participação no Plano a ser executado no Município. Serão distribuídos durante os seminários temáticos e na reunião de partida.

- Uso de mídia virtual (Site da Prefeitura)

A mídia virtual disponibiliza a ferramenta de acompanhamento do desenvolvimento do Plano de Saneamento, a todo e qualquer ator social da região. Contempla também a criação de um correio eletrônico: pmsbjacuizinho@gmail.com, administrado pela equipe da Latus, que servirá de canal direto. Uso de Formulário Acompanhamento do PMSB, disponível no site da prefeitura e em cópia física na sede municipal.

- Uso de mídia falada – Rádios de abrangência regional (Rádio Geração FM, Rádio Planetário AM).

Considerando a organização do espaço/território e das características regionais, a mídia falada viabilizará o acesso às informações do prognóstico, assim como auxiliará na divulgação dos seminários temáticos e da audiência pública, para a população das macrozonas rurais.

Informações a serem priorizadas pelas ferramentas de comunicação:

- Informação para o público em geral, acerca das características do saneamento básico em Jacuizinho-RS e do PSB em específico (prévia do diagnóstico);
- Fases e produtos integrantes do PMSB; Importância do Saneamento Ambiental;
- Dados sobre relatórios a serem encaminhados ao Município de modo que o mesmo possa acompanhar a implementação das ações previstas.

6.8 Considerações Finais

A construção e desenvolvimento do plano de mobilização parte do exercício do controle social através do acesso às informações relacionadas ao desenvolvimento urbano. Para tal, as ações planejadas pelo PMS (Plano de Mobilização Social) dependem essencialmente do nível de protagonismo popular, já que esse documento busca traçar as diretrizes do trabalho junto à população de forma a contribuir para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

A disponibilização de um espaço social para discussão das realidades locais, identificadas através do diagnóstico fomenta a construção da gestão democrática. Já que de acordo com Toro, 2007 o processo de mobilização não aparece como uma característica natural dos cidadãos. Faz-se necessário o acesso a partir de diferentes canais e equipamentos públicos, para que essa construção realmente interfira nos processos de decisão vinculados às políticas públicas, agregando a elas um sentido coletivo.

Como parte integrante de um Plano de Saneamento Ambiental a mobilização subsidia as noções de co-responsabilidade, já que os propósitos do plano tangem no âmbito da transformação de realidades. Essas realidades se modificam através do papel de cada ator social. Por fim esse documento fornece o apoio técnico para um planejamento e execução adequados as realidades e características da região.

7 CAPÍTULO SEXTO

7.1 Cronogramas

7.1.1 Cronograma de Execução do Plano de Mobilização Social

Cronograma de Execução Plano de Mobilização Social						
	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
1ª Quinzena	Reunião com gestores públicos, apresentação do PMSB	Planejamento e definição das ações	Reunião de Partida		Seminário Temático II	
2ª Quinzena			Identificação dos Equipamentos Sociais Aplicação Diagnóstico Participativo	Seminários Temático I		Audiência Pública

7.1.2 Cronograma Geral de Execução do Plano de Trabalho

